



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DO SISTEMA DE  
CONTROLE INTERNO**

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR  
JOSÉ ATHANÁSIO**

**COMPETÊNCIA: EXERCÍCIO 2018**

**Maio/2019**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANÁSIO**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível à existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

### **Considerações Iniciais**

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas na Lei Municipal nº 2.832/03 de Dezembro de 2003. O município estruturou o Controle Interno através do Decreto nº 4.772/04 de 19 de Janeiro de 2004, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Através da Instrução Normativa nº TC 020/2015, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabeleceu critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, que visam, em resumo, relacionar informações gerais sobre a unidade gestora, sua estrutura organizacional e competências, informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade, sobre a gestão de pessoas e informações sobre licitações e contratos, e demais informações.

**I - Informações e Análise Sobre Matéria Econômica, Financeira, Administrativa e Social**

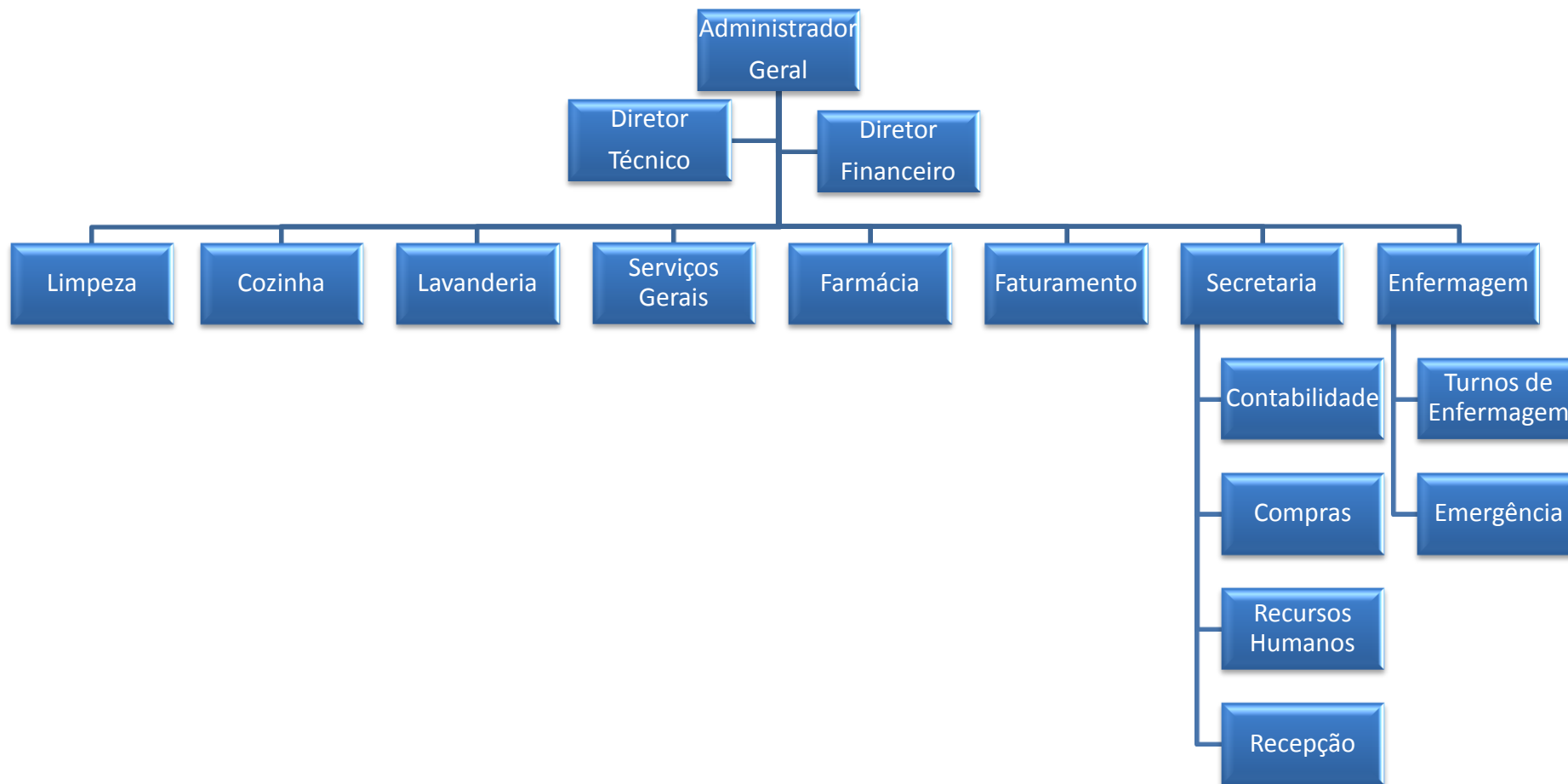
A Fundação Hospitalar, conforme a sua Lei de criação nº 611/1970, tem por objetivos: organizar e operar um hospital beneficente sem fins lucrativos; colaborar com o Poder Público em relação aos problemas médico hospitalares da comunidade camponovense e dos municípios circunvizinhos, quer por carência, em especial pelo SUS (Sistema Único de Saúde) ou por convênios; prestar serviços médico e hospitalares gratuitos, permanentes e sem quaisquer discriminações; e aplicar as subvenções e doações recebidas exclusivamente dentro de seus objetivos.

A Fundação é uma entidade com autonomia administrativa e financeira, podendo fixar convênios ou acordos com instituições públicas ou privadas, para obter cooperação técnica e financeira ao desenvolvimento dos respectivos programas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Organograma da Estrutura Organizacional:



**a) Análise da situação Econômica e financeira:**

<b>Principais indicadores financeiros e econômicos</b>	
<b>Liquidez Financeira</b>	
	<b>Até Período</b>
(+) Ativo Financeiro	248.324,71
(-) Passivo Financeiro	553.133,16
<b>Déficit</b>	<b>-304.808,45</b>
<b>Liquidez Corrente</b>	
	<b>Até Período</b>
(+) Ativo Circulante	248.324,71
(-) Passivo Circulante	899.293,80
<b>Déficit</b>	<b>-650.969,09</b>
<b>Despesa Corrente X Receita Corrente</b>	
	<b>Até Período</b>
(+) Receitas Correntes	3.302.439,14
(+) Transferências	9.023.162,65
(-) Despesas Correntes	12.175.366,92
<b>Superávit</b>	<b>150.234,87</b>
<b>%</b>	<b>368,68%</b>
<b>Evolução do Patrimônio Líquido</b>	
	<b>Até Período</b>
(+) PL Final	2.485.161,91
(-) PL Inicial	2.827.381,77
<b>Déficit</b>	<b>-342.219,86</b>

**b) Análise sobre a Situação Administrativa**

**Política de RH:**

O controle de frequência dos funcionários é realizado através de ponto eletrônico, em todos os setores e controlado através de sistema informatizado.

A Fundação possui plano de carreiras, cargos e salários, que contempla a possibilidade de progressão aos funcionários por participarem em cursos e treinamentos de aperfeiçoamentos.

No exercício em pauta, não foram realizadas alterações ou reformas no plano de carreiras, cargos e salários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Condições de Trabalho:**

As condições de trabalho são boas, possui equipamentos e materiais de trabalho suficiente para realizar os atendimentos de urgência e emergência. Sua infraestrutura se encontra em boas condições.

A Fundação possui o LTCAT, Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, e o mantém atualizado anualmente ou quando houver necessidade de verificação. Através deste é realizado o enquadramento dos serviços insalubres e confeccionado o PPP, Perfil Profissiográfico Previdenciário, entregue quando solicitado pelos servidores para encaminhar seu pedido de aposentadoria, junto ao INSS.

A Comunicação de Acidente de Trabalho, CAT, é encaminhada no dia seguinte sempre quando necessário. Mantém o PMSO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, para todos os servidores que são admitidos e exonerados.

**Processos Internos:**

São utilizados diversos meios de comunicação internos, sendo eles, intranet através dos computadores e sistema de informática, ramais de telefone em todos os setores e através de CI formal, em papel através de protocolo.

**Governança em Tecnologia da Informação:**

Necessita de investimentos na área de tecnologia, possui infraestrutura básica para o bom funcionamento dos serviços. Computadores e sistemas que atendem a demanda dos serviços e para o atendimento externo.

A Fundação possui administração autônoma, com sistemas informatizados de controle de pacientes, registro os atendimentos médico-hospitalares, controle de compras e de recursos humanos e os registros contábeis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**c) Análise da Atuação da Gestão em Relação aos Aspectos Sociais**

Realiza um ótimo atendimento a população, através da emergência e das internações por convênios e particular. Realiza também alguns procedimentos de exames e encaminhamentos para tratamento fora do domicílio, se necessário.

**Despesa com Pessoal:**

O cálculo e acompanhamento das despesas de pessoal são realizados pelo Executivo. As exigências legais do percentual de despesa com pessoal são para o executivo, legislativo e consolidado, não se aplicando exclusivamente ao Fundo. Portanto não é realizado o cálculo do percentual em separado, este, está incluso no percentual de despesas com pessoal do Executivo.

**II - Descrição Analítica dos Programas do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, com Indicação das Metas Físicas e Financeiras Previstas e Executadas de Acordo com o Estabelecido na LOA.**

Em relação aos investimentos programados pela Fundação no ano analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

**Meta Física e Financeira**

Unidade Gestora: 10 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1042 - Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio					
	72.000,00	800.000,00	870.000,00	0,00	2.000,00
1043 - Reequipamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio					
	953.000,00	0,00	915.874,30	37.125,70	0,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0008 - Manutenção da Dívida Fundada Interna - Fundação Hospitalar D					
	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
2062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio - Recursos					
	8.876.670,42	3.860.874,30	520.000,00	12.175.366,92	42.177,80
<b>Total da Unidade</b>	<b>10.051.670,42</b>	<b>4.660.874,30</b>	<b>2.455.874,30</b>	<b>12.212.492,62</b>	<b>44.177,80</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**III - Informações e Análise Sobre a Execução do Plano Plurianual e Prioridades Escolhidas Pelo Município na LDO, Bem Como a Execução das Metas Escolhidas Pela População em Audiência Pública.**

A Fundação não realizou análise sobre a execução do PPA.

**IV - Análise de Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Município, Direta ou Indiretamente, Detenha a Maioria do Capital Social com Direito a Voto.**

Não se aplica.

**V - Análise Comparativa Entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso**

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

<b>Período</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
1º Bimestre	1.292.400,00	1.640.259,48	126,92%
2º Bimestre	1.793.700,00	1.800.792,22	100,40%
3º Bimestre	1.651.900,00	2.617.402,28	158,45%
4º Bimestre	1.623.000,00	2.019.004,57	124,40%
5º Bimestre	2.626.200,00	2.216.366,85	84,39%
6º Bimestre	3.269.470,42	1.918.667,22	58,68%
<b>TOTAL</b>	<b>12.256.670,42</b>	<b>12.212.492,62</b>	<b>99,64%</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar, Liquidados e Não Liquidados Existentes ao Final do Exercício, Bem Como Sobre as Despesas de Exercícios Anteriores Registradas no Balanço Geral**

O artigo 36 da Lei Federal nº 4.320/64, define Restos a Pagar como as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Representam os valores pendentes de pagamento oriundos da emissão de empenhos (orçamento da despesa). As processadas são aquelas em que se verificou a liquidação da despesa, enquanto que as não processadas, tal estágio (liquidação) não ocorreu.

Em relação aos restos a pagar tem-se o seguinte demonstrativo:

<b>DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>225.897,49</b>
(+) Saldo do Exercício Anterior	88.654,91
(-) Cancelamentos	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	70.555,11
(+) Inscrição do Exercício de 2018	207.797,69
<b>RESTOS PROCESSADOS (II)</b>	<b>153.580,16</b>
(+) Inscrições do Exercício Anterior	31.510,96
(-) Cancelamentos	0,00
(-) Restos Pagos	31.510,96
(+) Inscrição do Exercício de 2018	153.580,16
<b>SALDO A PAGAR (I+II)</b>	<b>379.477,65</b>

**VII - Demonstrativo dos Valores Mensais Repassados no Exercício ao Tribunal de Justiça para Pagamento de Precatórios.**

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

A Fundação não possui dívidas com precatórios.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

## **VIII – Desempenho da Arrecadação**

### **a) Demonstrativo da Dívida Ativa**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como meta o equilíbrio das contas públicas, dá especial ênfase à necessidade de cobrança da dívida ativa. O artigo 13 da referida lei prevê que as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Importante frisar que a prescrição de débitos lançados em dívida ativa por ausência de cobrança administrativa ou execução judicial acarreta a responsabilização de quem lhe deu causa.

A Fundação não possui valores inscritos em dívida ativa.

### **b) Das Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial Com Quantitativo e Valor**

Valor de cheques ajuizados até o Final:	<b>R\$ 35.868,79</b>
---	----------------------

Valor dos cheques enviados ao Departamento Jurídico para execução.

### **c) Da Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa e Indicação das Medidas Adotadas para a Recuperação de Créditos Nesta Instância**

Acompanhamento do saldo dos cheques a receber do ano 2018	<b>R\$ 17.246,70</b>
---	----------------------

Valor pendente dos cheques a receber em 31 de dezembro de 2018.

### **d) Das Medidas Adotadas Para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições**

A Fundação mantém o controle do faturamento, dos pagamentos e dos inadimplentes, realizando cobranças administrativas e judiciárias quando necessário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**e) Das providências Adotadas no Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos**

A Fundação realiza parcelamento de pagamentos com cartão de crédito e cheques. Os casos de inadimplência ocorrem nos cheques, e os casos em que a cobrança administrativa não consegue receber, são encaminhados ao Departamento Jurídico para a execução judicial.

**f) Do Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício, Por Espécie Prevista no Art. 14 § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal**

Não houve renúncia de receita.

**g) Dos Créditos Baixados em Razão de Prescrição**

Não foram baixados créditos em razão de prescrição.

**IX - Avaliação do Cumprimento dos Limites Previstos na Lei Complementar nº 101/2000 Relativos a Despesas com Pessoal, Operações de Crédito, Endividamento e do Cumprimento das Metas Fiscais.**

Conforme os artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 169 da Constituição Federal, os índices de pessoal devem ser cumpridos pelo executivo, legislativo e consolidado. No relatório do executivo já constam os índices alcançados pelo Executivo, o qual a Fundação está incluso. Sendo assim não se aplica o cálculo individualizado de despesa de pessoal a Fundação.

**Operações de Crédito**

Não houve operação de crédito na Fundação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Demonstrativo das Metas Fiscais**

<b>Especificação</b>	<b>Fixadas na LDO</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferenças</b>
Receita Total	12.043.574,11	11.623.983,88	-419.590,23
Receitas Primárias (I)	12.041.574,11	11.621.983,88	-419.590,23
Despesa Total	12.256.670,42	12.212.492,62	-44.177,80
Despesas Primárias (II)	12.217.544,72	12.175.366,92	-42.177,80
Resultado Primário (III) = (I - II)	-175.970,61	-553.383,04	-377.412,43

**XI - Informação Sobre os Valores Anuais das Aquisições e Contratações, por Modalidade de Licitação.**

<b>Modalidade/Forma</b>	<b>Despesa Liquidada Anual</b>			<b>Total Anual (A + B + C)</b>
	<b>Obras e Serviços de Engenharia (A)</b>	<b>Compras (B)</b>	<b>Contratação de Serviços (C)</b>	
Concorrência	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Convite	0,00	14.280,00	0,00	<b>14.280,00</b>
Concurso	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Pregão Presencial	0,00	1.185.771,29	41.358,00	<b>1.227.129,29</b>
Pregão Eletrônico	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	0,00	405.521,51	3.495.343,23	<b>3.900.864,74</b>
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Inexigibilidade de Licitação	0,00	0,00	7.900,00	<b>7.900,00</b>
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1.605.572,80</b>	<b>3.544.601,23</b>	<b>5.150.174,03</b>

**XII - Sobre o Quantitativo de Servidores Efetivos na Administração Direta e Indireta e em Comissão Não Integrantes do Quadro Efetivo, em 31 de Dezembro;**

**XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual;**

**XIV - Informação Sobre o Quantitativo de Contratos de Estágio com Indicação dos Valores Mensal e Anual.**

Tabela referente aos itens XII, XIII e XIV:

Vínculo	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	83	0	11	72	3.422.781,54
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público	0	0	0	0	0,00
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	0	0	0	0	0,00
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Ente	0	0	0	0	0,00
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	2	1	0	3	248.951,30
Servidores contratados por tempo determinado	6	88	89	5	3.376.079,43
Estagiários	0	0	0	0	0,00
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	0	0	0	0	0,00
Servidores Cedidos para outras esferas de Governo	0	0	0	0	0,00
Conselheiros Tutelares	0	0	0	0	0,00
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>89</b>	<b>100</b>	<b>80</b>	<b>7.047.812,27</b>

**XV - Informações Referentes aos Contratos de Terceirização de Mão de Obra na Administração Direta e Indireta, com Detalhamento dos Postos de Trabalho, Respectivas Funções e Valores Mensal e Anual.**

Não houve contratos de terceirização de mão de obra.

**XVI - Demonstrativo dos Gastos com Divulgação e Publicidade por Meio de Contratos de Prestação de Serviços dos Órgãos e Entidades de Administração Pública Municipal**

Não houve gastos com divulgação e publicidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**XVII - Relação de Convênios com União e Estado Realizados no Exercício e os Pendentes de Recebimento, Indicando o Número do Termo, Data, Valor Acordado, Valor Repassado, Valor a Receber, Respectivos Restos a Pagar Inscritos em Razão do Convênio e Demais Informações Pertinentes.**

Não há convênios vigentes.

**XVIII - Relatório Sobre Eventos Justificadores de Situações de Emergência ou Calamidade Pública, com os Reflexos Econômicos e Sociais, bem como Discriminação dos Gastos Extraordinários Realizados Pelo Ente para Atendimento Específico ao Evento, Indicando Número do Empenho.**

Situações de emergência e de calamidade pública são decretadas pelo Executivo.

**XIX - Manifestação Sobre as Providências Adotadas pelo Poder Público Municipal em Relação às Ressalvas e Recomendações do Tribunal de Contas Emitidas nos Pareceres Prévios Anteriores.**

A Fundação não possui ressalvas e recomendações emitidas pelo TCE.

**XX - Demonstrativo dos Valores Arrecadados Decorrentes de Decisões do Tribunal de Contas que Imputaram Débito a Responsáveis, Individualizados por Título, com Indicação das Providências Adotadas em Relação aos Títulos Pendentes de Execução Para Ressarcimento ao Erário.**

A Fundação não possui valores pendentes referentes a processo do TCE.

**XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei. Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias**

A Fundação não possui avaliação do cumprimento das metas e estratégias.

**XXII – Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas**

O TCE não solicitou demais informações da Fundação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

### **Ações Desenvolvidas**

As ações desenvolvidas pelo Controle Interno visam minimizar as ocorrências diminuindo erros e as falhas, através da orientação e da ação preventiva. Devido à abrangência e a extensão dos serviços a serem desenvolvidos pelo CI e o número limitado de funcionários para a realização destes serviços, não foram realizadas auditorias na Fundação durante o ano de 2018, sendo que foram realizados serviços de orientação. Saliento também que foram realizadas pelo SCI, orientações sobre o Sistema e-Sfinge, do TCE.

### **Considerações Finais**

Considerando, que somente foram realizadas orientações e acompanhamento preventivo no decorrer do exercício de 2018, não havendo conhecimento de irregularidades e falhas de ordem formal e que trouxeram prejuízos ao erário público. Considerando que as medidas adotadas visam à prevenção de irregularidades e falhas da mesma natureza; Considerando que o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e executadas através da Lei Orçamentária Anual, podem ser entendidas como satisfatórias; Considerando a observância e cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial. Nestes termos, a Controladoria Geral do Município de Campos Novos conclui por entender que os controles internos praticados com vistas a prevenir erros, falhas, ilegalidades, fraudes e desperdícios foram entendidos como satisfatórios, considerando dessa forma, adequadas às contas do exercício de 2018 expressas no balanço geral, salvo os apontamentos efetuados no relatório.

Campos Novos, 03 de Maio de 2019.

James Adalcio dos Santos  
Assessor de CI